



Saberes Plurais

Educação na Saúde

Boletim

DOI: <https://doi.org/10.54909/sp.v8i2.142493>

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

 Maria Eduarda Arsego Stoffel da Silva*  Larissa Caroline Gimenes Pinto**
 Ágatha Carolina Azambuja da Silva***  Mariana dos Santos Raupp****
 Carolina Araujo Londero*****  Luciane Maria Pilotto*****

Este Boletim tem o objetivo de apresentar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), seus objetivos e desafios de implementação como política de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O público-alvo principal são os estudantes da área da saúde, de modo especial, os que estão nas etapas iniciais de seus cursos de graduação, mas também pode ser um material de informação para professores, trabalhadores do SUS e população em geral.

Nesta edição

1. Política Nacional de Saúde LGBT: contexto político e histórico
2. Política Nacional de Saúde LGBT: objetivos e desafios de implementação
3. A saúde bucal da população LGBTQIAPN+
4. População LGBTQIAPN+ em ambientes educacionais
5. A população LGBTQIAPN+ nas enchentes no Rio Grande do Sul
6. Considerações finais
7. Para saber mais sobre a Legislação da População LGBTQIAPN+

1. Política Nacional de Saúde LGBT: contexto político e histórico

LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange lésbicas, gays, bissexuais, travestis e queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, pessoas não-binárias e outras expressões de identidades gênero e orientação sexual (Oliveira, 2024).

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: mariaarsegostoffel@gmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: larissa_ufrgs@outlook.com.

***Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: agatha.carolina@outlook.com.

****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: marianaraupps@gmail.com.

*****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: carolina.alondero@gmail.com.

*****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: luciane.pilotto@ufrgs.br.

Autora para correspondência: Carolina Araujo Londero. E-mail: carolina.alondero@gmail.com.

Recebido em: 06/09/2024
Aceito em: 21/09/2024
Publicado em: 01/10/2024

A saúde da população LGBTQIAPN+ ganhou destaque a partir da década de 1980, quando o Ministério da Saúde – em conjunto com os movimentos sociais, especialmente os vinculados à defesa dos direitos de grupos gays – implementou estratégias para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS (Brasil, 2013).

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi criada em 2011, em um contexto político de reconhecimento e proteção dos direitos dessa comunidade no Brasil, amparado pelos princípios do movimento da Reforma Sanitária e da Constituição Federal de 1988, onde o conceito ampliado de saúde, a qualidade de vida e o bem-estar da população são reafirmados (Sena; Souto, 2017). Esta Política, além de promover a saúde integral da população LGBTQIAPN+, tem o intuito de eliminar a discriminação e o preconceito institucional e contribuir para o enfrentamento das desigualdades (Brasil, 2013).

Apesar dos avanços com a criação da política, este grupo populacional ainda sofre diferentes formas de negligências e violências. A opressão contra pessoas desta comunidade no Brasil é uma questão histórica que está intrinsecamente ligada aos padrões de comportamento que moldaram as normas sociais e morais do país. Não pode ser vista, portanto, apenas como um fenômeno interpessoal e isolado entre indivíduos (Peixoto, 2018). São variadas, frequentes e interseccionais as formas de negligência, opressão e violência contra pessoas LGBTQIAPN+, ou seja, estão interligadas com outras formas de discriminação, tais como as questões raciais e de classe social. A cada 20 horas, uma pessoa LGBTQIAPN+ é assassinada ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o líder mundial de crimes contra as minorias sexuais (Michels; Mott, 2018) e o país que mais registra crimes letais contra essa população no mundo (Mendes; Silva, 2020).

Desde 2019, o Atlas da Violência aborda a questão da violência contra a população LGBTQIAPN+ no Brasil e mostra o aumento desta violência ao longo dos anos. Em 2022, por exemplo, foram registrados 8.028 de casos de violência contra esta população, tendo um aumento

de 39,4% em relação ao ano anterior. Tais análises estão baseadas nas notificações de violência interpessoal do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024). Estes dados são um alerta referente ao aumento da violência contra as pessoas LGBTQIAPN+ num país com trajetória conservadora, machista e LGBTfóbica.

2. Política Nacional de Saúde LGBT: objetivos e desafios de implementação

A Política Nacional de Saúde LGBT (Brasil, 2013) tem como objetivos que se destacam:

- atingir maior equidade no SUS, com atenção às demandas de saúde da população LGBTQIAPN+;
- garantir às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade;
- monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBTQIAPN+, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;
- garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados;
- reduzir danos à saúde da população LGBTQIAPN+ no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais;
- definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis;
- oferecer atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBTQIAPN+ nas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), especialmente com relação ao HIV e às hepatites virais;
- garantir uso de nome social de travestis e transexuais, conforme a carta dos direitos dos usuários da saúde;
- fortalecer a participação de representações da população LGBTQIAPN+ nos conselhos e conferências de saúde;
- reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e

suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde.

Embora a criação da Política Nacional de Saúde LGBT seja um avanço no acesso à saúde pela população LGBTQIAPN+, existem desafios a serem enfrentados que incluem a vulnerabilidade social e o preconceito deste grupo nos serviços de saúde, a dificuldade do acesso e o fato da política ser pouco conhecida, tanto por profissionais da saúde quanto pelos usuários do SUS (Nogueira; Aragão, 2019). Nos serviços de saúde, atitudes discriminatórias, óbices de diálogo entre os profissionais da saúde e as pessoas LGBTQIAPN+, além da violação quanto ao uso do nome social, constituem-se como barreiras de acesso ao cuidado, gerando mais adoecimento (Silva *et al.*, 2020).

3. A saúde bucal da população LGBTQIAPN+

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT visa garantir e promover a saúde integral dessa população, promover a equidade do acesso, eliminar a discriminação e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais (Brasil, 2013). Esta Política, porém, aborda de forma ampla o cuidado integral, sem especificidades relacionadas à saúde bucal. Segue os princípios de integralidade e universalidade do SUS, assim como está nas Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil, 2004). O texto da Política de Saúde Bucal estabelece a ampliação do acesso a partir das linhas de cuidado considerando as especificidades de cada grupo etário e por condição de vida, como a saúde da mulher, pessoa com deficiência, hipertensos e dentre outras (Brasil, 2004). Apesar de ser uma Política que não especifica diretamente as minorias sexuais e de gênero, os profissionais da saúde devem buscar desenvolver ações específicas para o cuidado deste grupo excluído.

O acesso da população transexual aos serviços de saúde, incluindo o cuidado à saúde bucal, é dificultado pelo preconceito e pelos estigmas

de gênero. Há, também, a falta de capacitação dos profissionais da saúde, que apresentam seus próprios preconceitos arraigados e podem comprometer um atendimento humanizado, gerando afastamento e constrangimento das pessoas LGBTQIAPN+ (Santos *et al.*, 2023).

Estudo realizado no Brasil, que analisou a assistência à saúde bucal da população LGBTQIAPN+, mostrou que a população trans, em especial a negra, é mais vulnerável ao acesso à saúde bucal, com menor utilização do serviço público e pior autopercepção de saúde (Soares; Girianelli, 2023). São achados que evidenciam como as questões de gênero, sexualidade e raça afetam diretamente o acesso a cuidados em saúde, reforçando a necessidade de políticas interseccionais que garantam equidade no atendimento. Assim, torna-se urgente a implementação desta e de políticas complementares que promovam a equidade nos serviços de saúde e reduzam iniquidades e discriminação contra minorias de gênero e sexual.

4. População LGBTQIAPN+ em ambientes educacionais

As discriminações enfrentadas pela população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde são também vivenciadas nos ambientes educacionais. Estudo realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) revelou que 73% dos estudantes que não são heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente em instituições de ensino fundamental. O mesmo estudo mostrou que um a cada quatro destes alunos sofreram agressões físicas (Sportari; Andrade, 2019). Na educação superior, as condições de acesso e permanência “são reflexos de um contexto histórico de privação e exclusão ainda vividos na educação básica, dificultando os percursos formativos e de vida dessa comunidade” (Rebouças; Marinho; Silva, 2022, p. 582).

Políticas públicas que garantam o acesso e fortaleçam a permanência das pessoas LGBTQIAPN+ nas Instituições de Ensino Superior (IES) e

espaços de ensino que mobilizem ações interseoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade nos currículos escolares, são ações necessárias para este enfrentamento (Rebouças; Marinho; Silva, 2022; Brasil, 2013). Destaca-se, aqui, a Resolução nº 15 de 13 de janeiro de 2023, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que prevê ações afirmativas para a pós-graduação, incluindo pessoas travestis e transexuais como grupos populacionais com direito de ingressar na pós-graduação por meio de ações afirmativas.

5. A população LGBTQIAPN+ nas enchentes no Rio Grande do Sul

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, entre maio e junho de 2024, resultando na perda de 179 vidas, exemplificam a dinâmica dos desastres naturais e suas consequências. Diante deste cenário, a população LGBTQIAPN+ enfrenta desafios adicionais devido à discriminação e à falta de políticas específicas para atender suas demandas. Como exemplo, pode-se citar a dificuldade de acesso a abrigos seguros que respeitem a identidade de gênero/orientação sexual dos indivíduos (Brito, 2024).

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Brasil, 2013) estabelece a garantia da inclusão de medidas específicas para proteger o grupo nestas situações.

Ações previstas para proteção em situações adversas:

- criação de protocolos para abrigos e assistência psicológica;
- capacitação de equipes de resposta a desastres ambientais para lidar com questões específicas do grupo LGBTQIAPN+, como acesso a tratamento hormonal contínuo e terapia de apoio;
- desenvolvimento de campanhas educativas para a comunidade e para profissionais de saúde sobre a importância da inclusão e do respeito às diversidades durante situações de calamidade pública.

6. Considerações finais

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, no Brasil, busca promover a equidade da saúde desta população, reconhecendo suas necessidades específicas e implementando ações direcionadas (Brasil, 2013). O reconhecimento de tais necessidades específicas da comunidade LGBTQIAPN+ é essencial para a efetiva implementação da Política.

A garantia do cumprimento da Política e suas ações depende não apenas de implementação, mas também da formação permanente dos profissionais de saúde, que precisam estar preparados para acolher questões de gênero e sexualidade. Além disso, o enfrentamento das discriminações estruturais deve ser uma prioridade, com monitoramento rigoroso das práticas e resultados, para que a população LGBTQIAPN+ receba cuidados integrais, universais e equitativos de saúde, rompendo com as desigualdades que afetam o acesso aos serviços e condições de saúde.

Nesta perspectiva, faz-se necessário que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, seja incluída e discutida nos currículos da graduação e pós-graduação em saúde, além da implementação do monitoramento contínuo das ações desenvolvidas nos serviços do SUS e nas IES, de seus resultados e desafios.

7. Para saber mais sobre a Legislação da População LGBTQIAPN+

Consultar:

- Decreto nº 8.272, de 28 de abril de 2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm.
- Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017: Trata da consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde

do Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html.

- Decreto nº 11.471, de 6 de abril de 2023: Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11471.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.471%2C%20DE%206,que%20lhe%20confere%20o%20art.
- Zero Discriminação e HIV/AIDS - 2a edição (Curso). Disponível em: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=146>.
- Políticas de Equidade em Saúde e o Enfrentamento das Violências - 2a edição (Curso). Disponível em: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=173>.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 6 set. 2024.
- BRITO, M. **Transfobia ambiental**: o que é e qual a relação com a enchente do RS. *Globo*, set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/28/transfobia-ambiental-o-que-e-e-qual-a-relacao-com-a-enchente-do-rs.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.
- MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. da. Homicídios da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019>. Acesso em: 6 set. 2024.
- MICHELIS, E.; MOTT, L. **População LGBT morta no Brasil**: relatório 2018. Site Homofobia Mata – Mortes Violentas de LGBT+ No Brasil Relatório 2018. Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/relatorio-2018.pdf>. Acesso em: 6 set. 2024.
- NOGUEIRA, F. J. de S.; ARAGÃO, T. A. P. Política Nacional de Saúde Integral LGBT: o que ocorre na prática sob o prisma de usuários(as) e profissionais da saúde. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 463-470, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7220/3569>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- OLIVEIRA, K. H. de. **A produção científica LGBTQIAPN+ na Saúde e Sociedade**. Press releases SciELO, 20 jul. 2024. Disponível em: <https://pressreleases.scielo.org/blog/2024/07/29/a-producao-cientifica-lgbtqiapn-na-saude-e-sociedade/>. Acesso em: 6 set. 2024.
- PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil. **Periódicos**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 7-23, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiódicos/article/view/28014>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- REBOUÇAS, W. A. S.; MARINHO, I. C.; SILVA, Y. R. C. da. Comunidade LGBTQIA+ e as condições de permanência no ensino superior. **Revista de estudos feministas e de gênero**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 582-602, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.2072>. Acesso em: 6 set. 2024.
- SANTOS, L. L. dos *et al.* Barreiras enfrentadas pela população transgênero no atendimento odontológico: uma revisão narrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [s. l.], v. 5, n. 5, p. 4587-4597, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v-5n5p4587-4597>. Acesso em: 6 set. 2024.
- SENA, A. G. N.; SOUTO, K. M. B. Avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. **Tempus, actas de saúde colet.**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 9-28, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1923>. Acesso em: 6 set. 2024.
- SILVA, A. C. A. *et al.* Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 24, e190568, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190568>. Acesso em: 6 set. 2024.
- SOARES, M. de O.; GIRIANELLI, V. R. Assistência à saúde bucal na população LGBTQIA+. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. esp. 1, e8970, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E18970P>. Acesso em: 6 set. 2024.
- SPORTARI, G.; ANDRADE, V. N. G. de. **O processo de inclusão no contexto escolar**. Série: Sociedade, saúde e meio ambiente, v. 2. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário. **Resolução nº 015, de 13 de janeiro de 2023**. Aprova o Programa de Ações Afirmativas para

a Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) e Lato Sensu (Especialização e Residência Profissional ou Multiprofissional em Saúde) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/consun/legislacao/resolucao-no-015-2023/>. Acesso em: 18 set. 2024.

Fonte de financiamento

Financiamento próprio.

Contribuição dos autores

Maria Eduarda Arsego Stoffel da Silva, Larissa Caroline Gimenes Pinto, Ágatha Carolina Azambuja da Silva, Mariana dos Santos Raupp - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo

Carolina Araujo Londero, Luciane Maria Pilotto - revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Responsabilidade editorial

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Mariangela Kraemer Lenz Ziede
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil